

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária;

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Rebeca Reitz

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 79ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação da MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.124, de 13 de junho de 2022, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão. Outro destaque é a LEI nº 14.365, de 2 de junho de 2022, que altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

Já na esfera estadual, é relevante mencionar a LEI nº 9.622, de 13 de junho de 2022, que dispõe sobre a criação da campanha permanente contra a importunação sexual de mulheres nos estádios do Pará. Como também, o DECRETO nº 2.415, de 6 de junho de 2022, que revoga o Decreto Estadual nº 674, de 08 de abril de 2020, o qual reconhece o falecimento do servidor público civil e militar, em razão da Covid-19, no exercício de suas atribuições.

O "Fique de Olho", desta edição, traz dois destaques de grande relevância. Sendo, o "PROCESSO SELETIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) PARA DOUTORADO ACADÊMICO EM BIOTECNOLOGIA". E, a abertura das inscrições do "CONCURSO PARA PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ - PGE/PA", as quais ocorrerão até o dia 1º de julho.

Em tempo, indicamos nesta edição, o livro "Hipocrisia Ambiental. Uma Discussão Serena Sobre Estabilidade Ambiental e Qualidade de Vida", desenvolvido pelo Prof. e Desembargador Reis Friede.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora

NORMAS FEDERAIS



MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.121, de 7 de junho de 2022. Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.124, de 13 de junho de 2022. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão.

LEI nº 14.365, de 2 de junho de 2022. Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

LEI nº 14.367, de 14 de junho de 2022. Altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, para promover ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado combustível; e revoga a Medida Provisória nº 1.069, de 13 de setembro de 2021.



NORMAS FEDERAIS



DECRETO nº 11.090, de 7 de junho de 2022. Altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

DECRETO nº 11.091, de 7 de junho de 2022. Altera o Decreto nº 11.042, de 12 de abril de 2022, que regulamenta o § 1º do art. 1º e os art. 20 e art. 21 da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para dispor sobre as condições para a contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos termelétricos a partir de gás natural e de empreendimentos hidrelétricos até cinqüentamegawatts.

DECRETO nº 11.095, de 13 de junho de 2022. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

RESOLUÇÃO MMFDH/CNDCA nº 225, de 27 de dezembro de 2021. Dispõe sobre diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

RESOLUÇÃO MME/ANP nº 878, de 2 de junho de 2022. Faculta a prorrogação de prazos da fase de exploração dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural em consonância com a Resolução CNPE nº 12, de 4 de agosto de 2021.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO PR/CC/CMRI nº 6, de 6 de junho de 2022. Aprova o Regimento Interno da Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI.

RESOLUÇÃO MME/ANP nº 879, de 8 de junho de 2022. Altera a Resolução ANP nº 19, de 14 de junho de 2013, que estabelece os critérios e procedimentos para execução das atividades de Certificação de Conteúdo Local.

RESOLUÇÃO PT/SG nº 4, de 07 de junho de 2022. Parametrização técnica do Serviço de Identificação do Cidadão.

RESOLUÇÃO MAPA/INCRA nº 39, de 13 de junho de 2022. Aprova a Instrução Normativa Incra nº 123, de 13 de junho de 2022, que autoriza e estabelece normas gerais para a implementação do Programa de Gestão e Desempenho no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/GM nº 21, de 2 de junho de 2022. Aprova Norma Técnica Específica para a Produção Integrada da Uva para Processamento.

INSTRUÇÃO NORMATIVA ME/RFB nº 2.086, de 8 de junho de 2022. Dispõe sobre a prestação de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada e a exportar, e regula o processo de credenciamento de seus prestadores.



NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 119, de 10 de junho de 2022. Altera a Instrução Normativa Incra nº 104, de 29 de janeiro de 2021, que fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 120, de 10 de junho de 2022. Altera a Instrução Normativa Incra nº 113, de 22 de dezembro de 2021, que fixa os procedimentos para regularização fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas abrangidas pelos efeitos do Decreto-lei nº 1.942, de 31 de maio de 1982, no Estado do Paraná, reconhecidas de domínio da União pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em acórdão nos autos da Apelação Cível nº 9621-1-PR.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 121, de 13 de junho de 2022. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para arrecadação sumária de terras devolutas da União, localizadas em áreas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação, e à preservação ambiental.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 122, de 13 de junho de 2022. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a solicitação de assentimento prévio ao Conselho de Defesa Nacional - CDN, para a regularização fundiária de ocupações rurais e urbanas localizadas na faixa de fronteira.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA/INCRA nº 123, de 13 de junho de 2022. Autoriza e estabelece normas gerais para a implementação do Programa de Gestão e Desempenho no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MMA/ICMBIO nº 435, de 1º de junho de 2022. Retifica a Portaria ICMBio nº 287, de 26 de abril de 2017, que aprova o 2º ciclo de implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas - PAN Tartarugas Marinhas, publicada no Diário Oficial da União edição nº 83, de 03 de maio de 2017.

PORTARIA MMA/IBAMA nº 1.377, de 1º de junho de 2022. Aprova o Plano Nacional de Gestão da Educação Ambiental do Ibama para o biênio 2022-2023.

PORTARIA MAPA/SDA nº 586, de 1º de junho de 2022. Obter subsídios para controle de dioxinas na fabricação de farinhas de penas e aditivos adsorventes de micotoxinas destinados à alimentação animal.

PORTARIA MMFDH/SNPG nº 8, de 3 de junho de 2022. Dispõe sobre os procedimentos gerais para instituição do programa de gestão no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

PORTARIA MMA/ICMBIO nº 436, de 3 de junho de 2022. Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos no estado do Pará (Processo nº 021252.00037/2021-51).

PORTARIA MMA/IBAMA nº 1.411, de 3 de junho de 2022. Aprova e torna público o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente - RQMA Brasil 2020.

PORTARIA MAPA/GM nº 443, de 6 de junho de 2022. Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa de Excelência em Defesa Agropecuária - Excellentia.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/GM nº 444, de 6 de junho de 2022. Altera a Portaria MAPA nº 414, de 29 de dezembro de 2020, que institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Comitê de Governança Digital - CGD/MAPA.

PORTARIA MAPA/SPA nº 32, de 7 de junho de 2022. Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.

PORTARIA MTUR/GM nº 30, de 7 de junho de 2022. Estabelece orientações e procedimentos para a tramitação e o tratamento de denúncias e comunicações de irregularidades no âmbito do Ministério do Turismo.

PORTARIA MME/ANP nº 128, de 7 de junho de 2022. Institui o Programa de Gestão de Demandas no âmbito do Inteligência - INT.

PORTARIA MMA/GM nº 148, de 7 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

PORTARIA SE/SG/PR nº 693, de 7 de junho de 2022. Institui o Programa de Gestão e Desempenho da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

PORTARIA MAPA/SDA nº 588, de 7 de junho de 2022. Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a Minuta de Análise de Risco de Importação de sementes de Ostras da espécie *Crassostrea gigas*, originadas na República do Chile.

PORTARIA STJ/CJF nº 313, de 8 de junho de 2022. Dispõe sobre o valor mensal do auxílio-saúde no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MINFRA/DNIT/SRPA nº 3.102, de 8 de junho de 2022. RATIFICAR a DECLARAÇÃO da situação de EMERGÊNCIA na Rodovia BR-316/PA, nos Pontos Localizados no km 164 e km 169, conforme identificado pelo Relatório UL - Capanema - PA e seus anexos, onde comunica a ocorrência de erosões em vários pontos da Rodovia BR-316/PA, inclusive o rompimento da pista em dois pontos (km 164 e km 169), decorrente das fortes chuvas atípicas para estes últimos meses do Inverno Amazônico, proferida pelo Coordenador de Engenharia Terrestre, conforme Declaração de Situação de Emergência, nos termos do Processo SEI nº 50602.001164/2022-67.

PORTARIA MJSP/GM nº 99, de 9 de junho de 2022. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado do Amazonas.

PORTARIA MME/GM nº 653, de 9 de junho de 2022. Divulgar, para Consulta Pública, documentação técnica do Grupo de Trabalho de Metodologia da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP, que trata dos temas propostos pela CPAMP para os próximos ciclos de atividades.

PORTARIA MJSP/GM nº 104, de 10 de junho de 2022. Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Ministério da Saúde, na Terra Indígena Parakanã, no Estado do Pará.

PORTARIA MMA/GM nº 152, de 10 de junho de 2022. Declara a revogação dos atos normativos inferiores a decreto, para fins do disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA SAP/MAPA nº 1.009, de 10 de junho de 2022. Altera a Portaria SAP/MAPA nº 872, de 27 de maio de 2022, que suspende Licenças de Pescadores Profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira, com fundamento nos incisos III e V do art. 19 da Portaria nº 265, de 29 de junho de 2021, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PORTARIA MCTI/INPE nº 568, de 13 de junho de 2022. Instituir o Plano de Dados Abertos - PDA, que terá vigência de dois anos, contados da data de publicação desta Portaria, como o documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

PORTARIA ME/GM nº 5.407, de 13 de junho de 2022. Altera a Portaria nº 14.817, de 20 de dezembro de 2021, que divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2022.

PORTARIA MAPA/GM nº 446, de 13 de junho de 2022. Altera a Portaria nº 193, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que institui o Programa de Residência Profissional Agrícola destinado a qualificar jovens estudantes e recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e afins.

PORTARIA MMA/IBAMA nº 1.509, de 13 de junho de 2022. Altera o item "e" do § 1º e revoga o § 3º do art. 125, todos da Portaria nº 1929, de 19 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) nº 160, Seção 1, p. 92, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre os procedimentos relativos à apuração disciplinar de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e estabelece procedimentos e competências para os fins da atividade correcional e disciplinar no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.



**Plano Dados
Abertos - PDA**



10

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MAPA/GM nº 447, de 14 de junho de 2022. Regulamenta o acesso à base de dados e a disponibilização de informações do Registro Nacional de Máquinas Agrícolas - Renagro.

PORTARIA MAPA/GM nº 448, de 14 de junho 2022. Estabelece o procedimento para a submissão da documentação necessária ao reconhecimento de programas voltados à promoção de boas práticas agrícolas.

PORTARIA MDR/GM nº 1.954, de 14 de junho de 2022. Divulga o resultado final do chamamento de propostas de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de Habitação de Interesse Social de que trata o Anexo III da Portaria MDR nº 532, de 23 de fevereiro de 2022, e estabelece as condições para a contratação dos protótipos selecionados no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela.

PORTARIA MAPA/GM nº 449, de 15 de junho de 2022. Altera o Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado.



NORMAS ESTADUAIS



LEI nº 9.612, de 6 de junho de 2022. Altera a Lei Estadual nº 9.318, de 22 de setembro de 2021.

LEI nº 9.613, de 6 de junho de 2022. Altera a Lei Estadual nº 9.518, de 6 de abril de 2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito destinada à execução do projeto denominado “Asfalto Por Todo Pará II”.

LEI nº 9.618, de 7 de junho de 2022. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, Associação dos Mini e Pequenos Pescadores Artesanais de Cametá.

LEI nº 9.622, de 13 de junho de 2022. Dispõe sobre a criação da campanha permanente contra a importunação sexual de mulheres nos estádios do Pará.

DECRETO nº 2.421, de 7 de junho de 2022. Declara situação de emergência nas áreas dos Municípios das Regiões de Integração do Estado do Pará, Rio Caeté, Rio Capim e Guamá, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

DECRETO nº 2.422, de 7 de junho de 2022. Altera o Decreto Estadual nº 1.894, de 28 de setembro de 2021, que regulamenta o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda - “Vale Gás”, instituído pela Lei Estadual nº 9.318, de 22 de setembro de 2021.



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO nº 2.396, de 1º de junho de 2022. Homologa o decreto nº 257, de 25 de abril de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de Gurupá, que declara “situação de emergência”, em virtude de inundação nas áreas daquele Município.

DECRETO nº 2.397, de 1º de junho de 2022. Homologa a Resolução nº 440/CONSEP-2022, de 14 de abril de 2022, do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP), que aprovou o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDS/PA - 2022/2031.

DECRETO nº 2.402, de 1º de junho de 2022. Institui Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Transformação Digital, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e eficiência da gestão pública estadual.

DECRETO nº 2.406, de 2 de junho de 2022. Homologa o decreto nº 025 – a /2022- GP/PMScA, de 17 de maio de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de Santa cruz do arari, que declara “situação de emergência”, em virtude de inundações nas áreas daquele Município.

DECRETO nº 2.407, de 2 de junho de 2022. Homologa o decreto nº 047/2022 - GP/PMf, de 04 de maio de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de faro, que declara “situação de emergência”, em virtude de inundações nas áreas daquele Município.

DECRETO, de 2 de junho de 2022. Nomear para o Conselho Estadual de Meio Ambiente COEMA/PA, os representantes a seguir nominados.

DECRETO nº 2.433, de 13 de junho de 2022. Altera o Decreto Estadual nº 2.044, de 3 de dezembro de 2021, que institui a Política Estadual de Incentivo à Vacinação contra a COVID-19.

NOMEAÇÃO

Conselho Estadual do
Meio Ambiente - COEMA

13

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO nº 2.415, de 6 de junho de 2022. Revoga o Decreto Estadual nº 674, de 08 de abril de 2020.

DECRETO nº 2.416, de 6 de junho de 2022. Altera o Decreto Estadual no 2.044, de 3 de dezembro de 2021, que institui a Política Estadual de Incentivo à Vacinação contra a COVID-19.

DECRETO nº 2.417, de 6 de junho de 2022. Fixa critérios para acordos em precatórios.

DECRETO nº 2.419, de 6 de junho de 2022. Homologa o Decreto Municipal nº 090/2022-PMTS, de 05 de maio de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de Terra Santa, que declara “situação de emergência”, em virtude de inundações nas áreas naquele Município.

DECRETO nº 2.427, de 9 de junho de 2022. Torna facultativo, no dia 17 de junho de 2022, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará e dá outras providencias.

DECRETO nº 2.428, de 10 de junho 2022. Acrescenta dispositivos ao Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

REVOGADO

Decreto Estadual nº 674,
de 08 de abril de 2020

NORMAS ESTADUAIS



DECRETO nº 2.429, de 10 de junho de 2022. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

PORTARIA IDEFLOR-Bio nº 351, de 01 de junho de 2022. Renova e nomeia a composição do Conselho Gestor da área da proteção ambiental (APA) Paytuna.

PORTARIA IDEFLOR-Bio nº 352, de 01 de junho de 2022. Fica instituída a renovação dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), que será composto por 14 (quatorze) representações de órgãos do Poder Público e da Sociedade Civil, designados por esta Portaria.

PORTARIA IDEFLOR-Bio nº 381, de 10 de junho de 2022. Renova o Conselho Gestor da Unidade de Conservação da Natureza Floresta Estadual (FLOTA) do Trombetas.



NORMAS MUNICIPAIS



Nesta quinzena, não houve normas municipais relevantes para esta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

FIQUE DE OLHO



PROCESSO SELETIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) PARA DOUTORADO ACADÊMICO EM BIOTECNOLOGIA

O **Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (PPGBIOTEC)** da Universidade Federal do Pará torna público o processo de seleção de candidatos para o preenchimento de vagas de seus Cursos de Doutorado Acadêmico, com previsão para ingresso em julho de 2022. As inscrições ocorrerão de 23/06/2022 a 03/07/2022.

Público Alvo: Candidatos que possuam diploma ou comprovante de conclusão de mestrado, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Engenharias e Multidisciplinar.

[Para saber mais, clique aqui.](#)

[Para conferir o edital, clique aqui.](#)



CONCURSO PARA PROCURADOR DO ESTADO DO PARÁ - PGE/PA

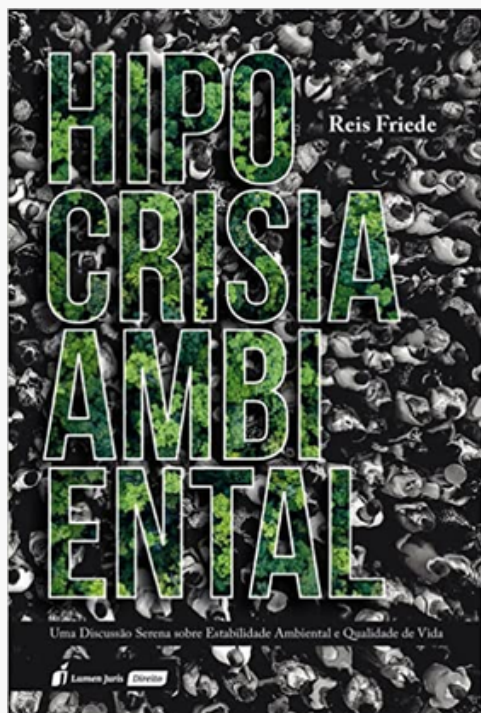
Estão abertas as inscrições para o XXI Concurso Público para Procurador do Estado do Pará, as quais seguem até o dia 1º de julho, devendo ser realizadas por meio do site da Cebraspe.

[Para consultar o Edital, clique aqui.](#)

[Para realizar sua inscrição, clique aqui.](#)

NEL INDICA

RECOMENDAÇÃO



Livro: Hipocrisia Ambiental. Uma Discussão Serena Sobre Estabilidade Ambiental e Qualidade de Vida.

A obra, desenvolvida pelo Prof. e Desembargador Reis Friede, explora questões como as mudanças climáticas e a elevação no nível dos mares, levantando hipóteses e cenários futuros, moldados por desafios para a governança ambiental, para as economias e para a saúde humana nos Estados nacionais.

Assim, demonstra sua crença de que a humanidade precisará encontrar caminhos para os desafios demográficos e ambientais do futuro, cuidando melhor do planeta e racionalizando o uso dos recursos naturais, para que os diferentes países possam mitigar reflexos negativos na qualidade do ensino das pessoas, nos sistemas de saúde e previdência, no ambiente de negócios e nas infraestruturas nacionais.

Para adquirir a obra, [clique aqui](#).

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br